
SISTEMAS NACIONAIS DE AVALIAÇÃO E DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

Professora do Departamento de Ciência Política da Unicamp e Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Resumo: A estruturação de Sistemas Nacionais de Avaliação e de Informação cumpre papel estratégico no processo de implementação de reformas educacionais, em especial, em países cujos sistemas de ensino caracterizam-se pela extrema descentralização político-institucional e heterogeneidade regional, como o caso do Brasil. Estes sistemas apresentam-se como ferramenta básica para o planejamento, monitoramento e acompanhamento das políticas públicas, subsidiando a tomada de decisões.

Palavras-chave: informação e educação; ensino no Brasil; projeto educacional.

A implementação de reformas educacionais em um país federativo, cujos sistemas de ensino caracterizam-se por extrema descentralização político-institucional como o Brasil, requer necessariamente a implantação de mecanismos de monitoramento e acompanhamento das ações e políticas em curso por diferentes razões.

Em primeiro lugar, estes instrumentos de gestão permitem observar como as reformas estão avançando e, mais importante, quais os acertos e correções em curso exigidos para sua real efetividade. Além disso, eles contribuem para assegurar a transparência das informações, cumprindo assim dois requisitos básicos da democracia: a ampla disseminação dos resultados obtidos nos levantamentos e avaliações realizados; e a permanente prestação de contas à sociedade. Por fim, e não menos importante, os sistemas de avaliação e informação educacional cumprem um papel estratégico para o planejamento e desenho prospectivo de cenários, auxiliando enormemente a formulação de novas políticas e programas que possam responder às tendências de mudanças observadas. Para cumprir estes múltiplos objetivos, os sistemas informacionais precisam estar assentados em bases de dados atualizadas e fidedignas, em instrumentos confiáveis de coleta, em metodologias uniformes e cientificamente embasadas, em mecanismos ágeis e concisos de divulgação.

Este artigo discute os avanços e limites dos sistemas de avaliação e informação educacional, implantados a partir de 1995, sob a coordenação do Instituto Nacional

de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Embora recente, estes sistemas já contam hoje com razoável grau de organização e sofisticação, tanto por sua abrangência como por sua diversificação. Para tanto, descrevem-se a estrutura dos sistemas e seus principais componentes – os censos escolares e as avaliações nacionais: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e o Exame Nacional de Cursos (ENC), mais conhecido como “Prova”. Por fim, tendo em vista a importância da disseminação das informações, são apresentadas as bases complementares da informação, organizadas pelo Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec).

A utilização dos indicadores e informações resultantes dos censos educacionais e das avaliações realizadas pelo Inep tem possibilitado a identificação de prioridades, além de fornecer parâmetros mais precisos para a formulação e o monitoramento das políticas.

O desenvolvimento de um eficiente sistema nacional de informações educacionais tem orientado a atuação do governo federal no que se refere à sua função supletiva, voltada para a superação das desigualdades regionais. Com os instrumentos criados, o MEC pode estruturar programas destinados, especificamente, a suprir deficiências do sistema.

Observadas em conjunto, as informações disponíveis permitem traçar um quadro abrangente da situação educacional do país e fornecer subsídios indispensáveis para o apro-

fundamento de análises e pesquisas críticas que possam enriquecer o debate sobre os rumos da educação brasileira.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

A produção de dados e informações estatístico-educacionais de forma ágil e fidedigna, que retrate a realidade do setor educacional, é o instrumento básico de avaliação, planejamento e auxílio ao processo decisório para o estabelecimento de políticas de melhoria da educação brasileira. É por meio dos censos educacionais que se busca garantir a utilização da informação estatística neste processo, gerando os indicadores necessários ao acompanhamento do setor educacional.

Os levantamentos abrangem todos os níveis e modalidades de ensino, subdividindo-se em três pesquisas distintas representadas pelo Censo Escolar, Censo do Ensino Superior e Levantamento sobre o Financiamento e Gasto da Educação, além dos censos especiais, realizados de forma não periódica, abrangendo temáticas específicas, como o caso do Censo do Professor.

Censo Escolar

O Censo Escolar, de âmbito nacional, realiza o levantamento de informações estatístico-educacionais relativas à Educação Básica, em seus diferentes níveis (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e modalidades (ensino regular, educação especial e educação de jovens e adultos).

O levantamento é feito junto a todos os estabelecimentos de ensino, das redes pública e particular, através do preenchimento de questionário padronizado. Por intermédio do Censo Escolar, o Inep atualiza anualmente o Cadastro Nacional de Escolas e as informações referentes à matrícula, ao movimento e ao rendimento dos alunos, incluindo dados sobre sexo, turnos, turmas, séries e períodos, condições físicas dos prédios escolares e equipamentos existentes, além de informações sobre o pessoal técnico e administrativo e pessoal docente, por nível de atuação e grau de formação.

Este levantamento abrange um universo de cerca de 52 milhões de alunos e 266 mil escolas públicas e privadas, distribuídas em mais de 5.500 municípios. A coleta dos dados e o processamento das informações são operacionalizados pelas Secretarias Estaduais de Educação, sob a coordenação-geral da Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (Seec), do Inep.

O Censo Escolar gera, assim, um conjunto de informações indispensáveis para a formulação, implementação e monitoramento das políticas educacionais e avaliação do desempenho dos sistemas de ensino.

Como toda pesquisa preocupada com a fidedignidade e validade dos seus resultados e dada a necessidade de cumprir os prazos legais, o Censo Escolar apresenta uma complexa sistemática de operacionalização, cuja viabilidade só é possível pela parceria estabelecida entre o Inep e as Secretarias de Educação dos 26 estados e do Distrito Federal, além da cooperação da comunidade escolar, responsável pelo preenchimento do questionário.

Entre as atividades permanentes realizadas para a execução do levantamento anual, merecem registro o acompanhamento das alterações do sistema educacional e a identificação de demandas das Secretarias de Educação das unidades da Federação, que podem gerar necessidade de incorporação de variáveis ou a supressão de quesitos no formulário do Censo Escolar.

O acompanhamento das alterações do sistema educacional tem sido objeto de grande preocupação, dado que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996, além de conferir maior autonomia aos sistemas de ensino, sobretudo no que se refere à forma de organização da educação básica, incentivou ainda práticas inovadoras que valorizam e favorecem o processo de aprendizagem, como a progressão continuada e parcial, os conceitos de classificação e reclassificação de alunos, a possibilidade de aceleração de aprendizagem, entre outros. Os reflexos deste novo dispositivo legal apresentam-se nas reformulações dos sistemas de ensino de estados e municípios que, a partir de 1997, promoveram alterações na oferta de ensino dos diferentes níveis e modalidades e na organização de suas redes.

O processo de implantação de novas propostas de organização da educação básica mostra-se, no entanto, muito variado, exigindo assim um acompanhamento que permita verificar o impacto destas alterações e a necessidade de mudanças nos instrumentos de coleta utilizados pelo Censo Escolar. Da mesma forma, torna-se fundamental a realização de estudos que permitam um melhor detalhamento sobre as configurações adotadas em cada sistema de ensino, tanto para a melhoria da qualidade da informação a ser recebida quanto para maior aderência às necessidades dos implementadores de políticas educacionais.

Por outro lado, a redefinição do papel e da forma de atuação do MEC enfatizou a necessidade de fortalecer a área de produção e disseminação de estatísticas e in-

formações educacionais na estrutura do ministério que se encontrava desprestigiada. Este objetivo inicia-se, em 1995, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento, Inovação e Avaliação Educacional (Sediae) e se concretiza com a reestruturação do Inep que, em 1997, transformou-se em autarquia federal, constituindo-se em centro especializado em avaliação e informação educacional.

O recente grau de eficiência e credibilidade alcançado pelo Inep na organização das informações e estatísticas educacionais tem propiciado ampla utilização deste tipo de ferramenta aos formuladores e executores de políticas educacionais. De fato, os programas e projetos executados por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino (FNDE) apóiam-se nos diagnósticos decorrentes dos levantamentos estatísticos da educação básica e superior. Esta forte conexão entre o sistema de informações e a gestão de políticas é mais perceptível nos programas que envolvem transferências intergovernamentais de recursos.

O exemplo mais notório é o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), que movimentou, no exercício de 1999, cerca de R\$ 14,2 bilhões, dos quais R\$ 675 milhões referentes à complementação da União. Conforme disposto pela legislação instituidora deste fundo, a distribuição dos recursos, no âmbito de cada unidade da Federação, é feita com base na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino, considerando-se para este fim os dados oficiais apurados pelo Censo Escolar.

Este mesmo critério de transparência foi adotado pelo MEC como princípio orientador dos principais programas de apoio ao desenvolvimento do ensino fundamental – Merenda Escolar, Livro Didático e Dinheiro Direto na Escola. No seu conjunto, os programas e ações desenvolvidos pelo FNDE envolveram, em 1999, recursos da ordem de R\$ 3,5 bilhões. Pode-se concluir, portanto, que as informações sobre a matrícula na educação básica produzidas pelo Censo Escolar tiveram repercussão imediata e direta sobre a distribuição de cerca de R\$ 17,7 bilhões, no último exercício.

Censo do Ensino Superior

O Censo do Ensino Superior promove o levantamento de dados e informações estatístico-educacionais junto às instituições de ensino superior – universidades, centros

universitários, faculdades integradas e estabelecimentos isolados. A coleta abrange cerca de 1.100 instituições, 2.700.000 alunos, 7.200 cursos e 827 mantenedoras.

O levantamento é realizado diretamente pelo Inep, sendo que os dados apurados referem-se a número de matrículas e de concluintes, inscrições nos vestibulares, ingresso por curso e área de conhecimento, dados sobre os professores – por titulação e regime de trabalho e sobre os funcionários técnico-administrativos, entre outros. Anualmente, com os resultados do Censo, é publicada a *Sinopse Estatística do Ensino Superior – Graduação*. O instrumento de coleta do Censo 2000 passou por uma redefinição, adequando-se ao novo conceito de educação superior estabelecido pela LDB. O questionário foi ampliado, passando a abranger não só a graduação, mas também a pós-graduação. Todas as informações coletadas estarão vinculadas ao Sistema Integrado de Informações da Educação Superior (SIED-Sup), subsistema atualmente em desenvolvimento e que será abordado no próximo item.

O Cadastro Nacional das Instituições de Ensino Superior é atualizado com informações do Censo do Ensino Superior, do *Diário Oficial da União*, do Conselho Nacional de Educação e Conselhos Estaduais de Educação.

Censos Especiais

Com o objetivo de aprimorar as informações disponíveis sobre as diferentes modalidades de ensino e preencher as lacunas existentes, o Inep realiza levantamentos especiais, sempre em parceria com as instituições públicas e organizações não-governamentais diretamente envolvidas com as políticas públicas das respectivas áreas.

Em 1997, o Inep realizou o primeiro Censo do Professor, em âmbito nacional, com um retorno expressivo, alcançando mais de 90% dos professores das redes pública e particular de ensino básico.

Uma das razões pelas quais o MEC demandou a realização desse levantamento foi a necessidade de dispor de dados sobre o salário dos professores – relacionado com o nível de escolarização e com o tempo de exercício do magistério – para orientar a implantação do Fundef.

O Censo do Professor revelou um quadro de profundas desigualdades regionais em relação tanto à qualificação quanto aos níveis de remuneração dos professores, confirmando a necessidade de políticas que promovam melhor distribuição dos recursos e que garantam maior equidade na oferta do ensino público, objetivos que vêm sendo atendidos pelo Fundef. Além disso, a divulgação

dos resultados permite à sociedade se informar sobre a real situação do magistério e participar da busca de alternativas para promover sua valorização.

Em 1999, foram realizados três censos especiais: o Censo da Educação Profissional; o Censo da Educação Escolar Indígena; e o Censo da Educação Especial. Os resultados destas pesquisas, com divulgação prevista para este ano, deverão proporcionar um quadro de referência mais preciso sobre a cobertura alcançada e as modalidades de atendimento oferecidas, bem como sobre o conjunto de instituições que atuam nestes segmentos, fornecendo, assim, subsídios para a revisão e o aperfeiçoamento das políticas de expansão da oferta e melhoria do atendimento. A realização destes levantamentos especiais, aos quais será acrescido, neste ano, o Censo da Educação Infantil, permitirá incorporar ao sistema de informações educacionais novas variáveis, completando o mapa da educação brasileira.

Levantamentos sobre Financiamento e Gasto da Educação

O levantamento de dados relativos aos recursos disponíveis e aplicados na educação abrange as três esferas de governo e envolve o exame e o acompanhamento dos orçamentos federal, estaduais e municipais, além dos repasses intergovernamentais e dos gastos efetivamente realizados. Trata-se de uma importante tarefa, que envolve, no entanto, grandes dificuldades operacionais.

De fato, a inexistência de um sistema adequado de execução orçamentária e de consolidação das contas da administração pública, principalmente no nível municipal, que permita a identificação dos programas de trabalho e do elemento da despesa efetivamente realizada, bem como a origem do seu recurso, apresentou-se como a principal dificuldade para a realização dos levantamentos. Nesse sentido, o Inep deu especial atenção para o aprimoramento da metodologia de apuração e de estimação das informações, em conjunto com o Ipea, o IBGE e a Unicamp. Como resultado, já se conseguiu produzir dados sobre gasto público para os exercícios de 1994, 1995, 1996 e 1997.

SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR

O Sistema Integrado de Informações da Educação Superior (SIEd-Sup), em fase de implantação, foi concebido

para atender aos seguintes objetivos: criar uma base única de dados e indicadores da educação superior; eliminar sobreposição de competências e simplificar o processo de coleta de informações junto às instituições de ensino superior; garantir maior transparência e facilitar o acesso da sociedade às informações sobre o perfil e o desempenho das instituições; subsidiar os processos de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento e reconhecimento das instituições; manter banco de dados atualizado e gerar informações que devem ser apresentadas anualmente pelas instituições por meio do Censo do Ensino Superior e Catálogo de Cursos.

Este novo sistema será coordenado pelo Inep e interligado em rede com a Secretaria de Ensino Superior (SESu), a Capes, o CNPq, o Conselho Nacional de Educação (CNE) e os Conselhos Estaduais de Educação, podendo no futuro ampliar a sua rede de parceiros, incorporando outros produtores de informações e avaliações de interesse.

Ao Inep cabe a execução da coleta e manutenção de informações e tanto a SESu quanto o CNE e as instituições de ensino superior participarão da definição do que deve ser coletado e divulgado, das políticas de acesso aos dados e de disseminação de informações.

AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS

No campo das avaliações educacionais, podem ser destacados três grandes projetos: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb); o Exame Nacional de Cursos (ENC), mais conhecido como “Provão”; e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Por meio destes instrumentos, o MEC assume a responsabilidade atribuída pela LDB de “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” e de “assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino”.

Exame Nacional do Ensino Médio

O Enem, iniciativa mais recente entre os três projetos nacionais de avaliação, procura aferir o desenvolvimento das competências e habilidades que se espera que o aluno apresente ao final da escolaridade básica. Oferece assim uma avaliação do desempenho individual, fornecendo

parâmetros para o prosseguimento dos estudos ou para ingresso no mercado de trabalho.

Por isso, é um exame voluntário e seu público-alvo são os concluintes e egressos do ensino médio. A concepção do Enem está baseada nas orientações para a educação básica estabelecidas pela LDB e, sobretudo, nas novas diretrizes curriculares e nos parâmetros curriculares nacionais do ensino médio. Portanto, é um instrumento balizador e indutor da reforma deste nível de ensino que vem sendo implantada no país.

Em 1999, participaram do Enem mais de 315 mil alunos, representando cerca de 20% do total de concluintes do ensino médio, o que significa um crescimento extraordinário em relação ao primeiro exame, realizado em 1998, que contou com pouco mais de 115 mil participantes. Este aumento significativo está relacionado, sem dúvida, com a utilização dos resultados do exame por instituições de ensino superior, como critério complementar ou substitutivo aos seus processos seletivos. Atualmente 101 universidades brasileiras aceitam o Enem como um dos critérios de acesso ao ensino superior.

Exame Nacional de Cursos

Implantado em 1996, o Provão já avaliou 2.151 cursos em 13 áreas de graduação¹ e tem estimulado um debate intenso sobre as deficiências do ensino superior no país, levando as instituições a investirem na qualificação do corpo docente e na melhoria das instalações físicas, buscando elevar o padrão de qualidade dos cursos oferecidos. Este exame é obrigatório, por lei, para todos os estudantes que estão concluindo os cursos de graduação avaliados a cada ano. Em 1999, foi estabelecida uma vinculação mais efetiva entre o sistema de avaliação do ensino superior, do qual o “Provão” se constitui um importante instrumento, e os processos de renovação do reconhecimento dos cursos e de reconhecimento das instituições.

A partir da Portaria Ministerial nº 755, de 11 de maio de 1999, 101 cursos das áreas de Administração, Direito e Engenharia Civil que obtiveram conceitos baixos no Provão e na Avaliação das Condições de Oferta de Cursos de Graduação, conduzidas pela SESu, foram submetidos ao longo de 1999 a nova visita das Comissões de Especialistas da SESu e, a partir de suas recomendações, o MEC encaminhou ao CNE pareceres sugerindo renovação do reconhecimento ou estabelecimento de prazo para o atendimento das exigências mínimas, sob pena de fechamento.

Como contraface da decisão administrativa de submeter ao processo de renovação o reconhecimento dos cursos com baixo desempenho, o MEC abriu caminho para a renovação automática do reconhecimento dos cursos bem conceituados em três avaliações consecutivas. Caminha-se, assim, para a substituição de controles processuais e burocráticos por avaliações externas sistemáticas.

Quanto à divulgação dos resultados, além da classificação de acordo com uma escala com cinco faixas de conceito (A, B, C, D e E), a partir de 1999, cada curso passou a receber a distribuição percentual das médias de seus alunos por faixa de desempenho. O novo formato revela não apenas a evolução da média padronizada de cada curso, como vinha sendo feito, mas também o percentual dessa evolução em comparação com o desempenho obtido no exame imediatamente anterior. Outra mudança refere-se à substituição dos conceitos pertinentes à titulação acadêmica e à jornada de trabalho do corpo docente, por uma apresentação da distribuição percentual por categoria, em relação ao número total de professores do curso.

Diante de sua principal finalidade – produzir referências objetivas para incentivar e orientar as instituições a corrigirem suas deficiências e a investirem na melhoria do ensino –, o MEC realizou seminários nacionais com coordenadores de curso para discutir o impacto das avaliações sobre os cursos de graduação. Promovidos em parceria com conselhos de classe, organizações profissionais, associações nacionais de ensino e representações das instituições de ensino superior, os seminários geraram consensos como o fato de os resultados do Provão serem um instrumento importante para estimular e orientar a melhoria do ensino de graduação, principalmente no que diz respeito à atualização do currículo, reestruturação do projeto pedagógico dos cursos, prática docente e condições de oferta e de trabalho. O exame também está provocando alterações nas formas de avaliação curricular do desempenho dos alunos, com enfoque voltado para as habilidades e competências adquiridas ao longo da trajetória acadêmica.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Iniciado em 1990, o Saeb foi estruturado no sentido de produzir informações sobre o desempenho da educação básica em todo o país, abrangendo as diferentes realidades dos sistemas estaduais e municipais de ensino. Entre os principais objetivos do Saeb, podem ser destacados:

- monitorar a qualidade, a equidade e a efetividade do sistema de educação básica;
- oferecer às administrações públicas de educação informações técnicas e gerenciais que lhes permitam formular e avaliar programas de melhoria da qualidade de ensino;
- proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão clara e concreta dos resultados dos processos de ensino e das condições em que são desenvolvidos e obtidos.

A cada dois anos, são levantados dados que, além de verificar o desempenho dos alunos, mediante aplicação de testes de rendimento, investigam fatores socioeconômicos e contextuais que interferem na aprendizagem. Estes fatores aparecem agrupados em quatro áreas de observação: escola, gestão escolar, professor e aluno.

Sua aplicação é feita em uma amostra nacional de alunos representativa do país e de cada uma das 27 unidades da Federação.² No primeiro ciclo do Saeb, em 1990, aderiram 23 estados. Somente a partir de 1995, tornou-se de fato um sistema nacional, passando a abranger os ensinos fundamental e médio, com a adesão de todos os estados e todas as redes de ensino – estaduais, municipais e particulares. A participação continua sendo voluntária, o que revela que os dirigentes dos sistemas de ensino reconheceram a importância desta ferramenta para monitorar as políticas educacionais.

O Saeb procura aferir a proficiência do aluno, entendida como um conjunto de competências e habilidades evidenciadas pelo rendimento apresentado nas disciplinas avaliadas,³ abrangendo as três séries tradicionalmente associadas ao final de cada ciclo de escolaridade: a 4^a e 8^a séries do ensino fundamental e a 3^a série do ensino médio. Também são aplicados questionários em uma amostra de professores e diretores, obedecendo ao mesmo critério estatístico que assegura a representatividade das redes de ensino de todos os estados e do Distrito Federal.

Para a avaliação dos alunos, utiliza-se uma grande quantidade de questões – cerca de 150 por série e disciplina –, o que lhe confere maior validade curricular, pois contempla uma amplitude maior de conteúdos e habilidades, abrangendo grande parte daquilo que é proposto nos currículos estaduais.

Desde a sua criação, as características gerais do Saeb, em termos tanto de objetivos quanto de estrutura e concepção, mantiveram-se constantes. No entanto, a partir de 1995, foram implementadas importantes mudanças

metodológicas, sobretudo com o objetivo de estabelecer escalas de proficiência por disciplina, englobando as três séries avaliadas, o que permite ordenar o desempenho dos alunos em um *continuum*. Isso é possibilitado pela aplicação de itens comuns entre as séries e a transformação das escalas de cada disciplina para a obtenção de uma escala comum.

O desempenho dos alunos, em cada uma das disciplinas avaliadas, é apresentado em uma escala de proficiência, que pode variar de 0 a 500 pontos. Cada disciplina tem uma escala específica, não sendo comparáveis as escalas de diferentes disciplinas. A média de proficiência obtida pelos alunos de cada uma das três séries avaliadas indica, portanto, o lugar que ocupam na escala de cada disciplina. A descrição dos níveis de proficiência nas escalas demonstra o que os alunos efetivamente sabem e foram capazes de fazer, isto é, o conhecimento, o nível de desenvolvimento cognitivo e as habilidades instrumentais adquiridas, na sua passagem pela escola. As escalas de proficiência mostram, portanto, uma síntese do desempenho dos alunos e, ao serem apresentadas em uma escala única, torna-se possível comparar o desempenho dos alunos, tanto entre os diversos anos de levantamento quanto entre as séries avaliadas.

Nesse sentido, pode-se comparar o que os parâmetros e os currículos oficiais propõem e aquilo que está sendo efetivamente desenvolvido em sala de aula. Ou seja, o Saeb releva a distância entre o currículo proposto e o currículo ensinado.

Os resultados do Saeb constituem assim um precioso subsídio para orientar a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental e da reforma curricular do Ensino Médio, pois permitem identificar as principais deficiências na aprendizagem dos alunos.

Uma das distorções que as novas diretrizes curriculares pretendem eliminar é precisamente o caráter enciclopédico dos currículos, que tem afetado negativamente a aprendizagem dos alunos. As reformas desencadeadas pelo MEC, consoantes com a nova LDB, induzem mudanças nos currículos propostos, de modo a reduzir a ênfase em conteúdos desnecessários para a formação geral na educação básica e incentivar uma abordagem pedagógica mais voltada para a solução de problemas e para o desenvolvimento das competências e habilidades gerais.

Os resultados do Saeb permitem ainda identificar as áreas e conteúdos nos quais os alunos apresentam maiores deficiências de aprendizagem, orientando progra-

mas de capacitação em serviço e formação continuada de professores. A utilização do Saeb como subsídio para planejar programas de capacitação docente vem sendo feita desde 1995. Por isso, tem sido fundamental a permanente articulação entre o Inep e as equipes estaduais do Saeb, permitindo aos dirigentes das redes públicas desenvolver um trabalho de formação continuada dos professores, com base nos resultados da avaliação da aprendizagem verificados em cada unidade da Federação.

A DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES EDUCACIONAIS

Com a finalidade de tornar as informações produzidas acessíveis aos usuários, constituídos pelos diferentes atores da área educacional e pelos segmentos sociais interessados na questão, o Centro de Informações e Biblioteca em Educação (Cibec) passou por uma completa reestruturação, transformando-se em núcleo difusor de informações educacionais, com ênfase na avaliação e estatísticas produzidas pelo próprio Inep e em informações gerais processadas por instituições nacionais e internacionais. O sistema de informações do Cibec permite a disseminação virtual e local e apresenta os produtos descritos a seguir.

Perfil Municipal da Educação Básica (PMBE)

O PMBE é um aplicativo que disponibiliza informações sobre a situação socioeconômica e educacional brasileira. Desenvolvido em parceria com a Fundação Seade, reúne, em um único programa, dados educacionais produzidos pelo Inep e dados estatísticos de diversas fontes oficiais, como o Ministério da Fazenda, a Fundação IBGE, a Fundação Seade, as Secretarias Estaduais da Fazenda e os Tribunais de Contas dos Estados.

O sistema dispõe de 252 variáveis sobre os 5.507 municípios instalados até 1996, dez regiões metropolitanas, os 26 estados e o Distrito Federal, as cinco grandes regiões e o Território Nacional.

Programa de Legislação Educacional Integrada (ProLEI)

O ProLEI é um aplicativo que reúne toda a legislação federal, indexando leis, medidas provisórias, decretos, portarias, resoluções, pareceres e instruções normativas, na área de políticas educacionais, publicadas a partir de

1996, após a aprovação da LDB. A legislação anterior à LDB também poderá, eventualmente, ser encontrada, desde que esteja relacionada com as normas em vigor.

O ProLEI permite uma pesquisa fácil e rápida usando a Internet. Desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), o ProLEI tem como principal característica a possibilidade de relacionar ou correlacionar duas ou mais normas, através de *links*, identificando a ligação entre as mesmas.

O Cibec conta ainda com outros produtos como a *Biblioteca Virtual da Educação (BVE)*, que é um catálogo com *links* para mais de 1.600 *sites* educacionais brasileiros e estrangeiros selecionados na Internet, sobretudo os que se referem à avaliação e estatísticas educacionais; a *Bibliografia Brasileira de Educação (BBE)*, que reúne artigos, estudos, ensaios e livros nos diferentes temas educacionais, permitindo a realização de pesquisas por assunto, autor, título e ano; e o *Thesaurus Brasileiro de Educação – Brased*, que é uma ferramenta de linguagem documental, que utiliza vocabulário controlado e funciona como mecanismo de localização de documentos e indexação, podendo se constituir como ferramenta ideal para a organização de bibliotecas.

COMENTÁRIOS FINAIS

Esta descrição sumária dos principais projetos desenvolvidos pelo Inep permite concluir que, na década de 90, o Brasil realizou notáveis progressos na área de avaliação e produção de informação educacional. Como resultado desses esforços, promovidos com maior intensidade nos últimos cinco anos, o país conta hoje com um sistema moderno e eficiente de indicadores que possibilita monitorar as políticas e diagnosticar com acuidade as deficiências do ensino. O impacto das avaliações nacionais e levantamentos periódicos realizados pelo Inep provocou mudanças que se refletem hoje na nova agenda do debate educacional. A divulgação das informações contribui para qualificar a demanda, desencadeando uma dinâmica de transformação na qual a sociedade torna-se o agente principal.

NOTAS

1. Administração, Direito, Engenharia Civil, Engenharia Química, Medicina Veterinária, Odontologia, Engenharia Elétrica, Jornalismo, Letras, Matemática, Economia, Engenharia Mecânica e Medicina.
2. O Saeb/97 contou com a participação de 167.196 alunos distribuídos em 5.659 turmas de 1.993 escolas públicas e privadas. Também participaram da pesquisa

13.267 professores e 2.302 diretores. Em 1999, o Saeb realizou o seu quinto levantamento nacional consecutivo – os anteriores foram em 1990, 1993, 1995 e 1997. Participaram da amostra do Saeb/99 360.451 alunos, distribuídos em 7.011 escolas públicas e privadas, sendo 133.143 da 4ª série, 114.516 da 8ª série do ensino fundamental e 112.792 da 3ª série do ensino médio. Em relação ao levantamento anterior, de 1997, houve, portanto, um crescimento de 115,6%. Esta expansão da amostra teve como objetivo garantir maior confiabilidade na com-

paração do desempenho por estado e por rede de ensino. Também foram pesquisados 44.251 professores e 6.800 diretores de escolas.

3. O Saeb/99 incorporou novas disciplinas a serem avaliadas. Além de Português, Matemática e Ciências para os alunos da 4ª e 8ª séries do ensino fundamental, e de Português, Matemática, Biologia, Física e Matemática, para os alunos da 3ª série do ensino médio, foram incluídas as disciplinas de Geografia e História.